

# Câmara Municipal de Odemira

Processo nº 4/86  
de 31/01/1986

Alvará de Licenciamento de Urbanismo Urbano  
com Obras de Urbanização

Nº 3187  
de 17/09/1987

Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos  
residente da Câmara Municipal supra mencio-  
nada:

1. No uso da competência que me confi-  
re a al. b) do artigo 53º do Dec.-Lei n.  
100/84, de 29 de Outubro, e conjugado com  
o art.º 87º do mesmo diploma e de hor-  
monia com o disposto no n.º 1 do artigo  
47º e demais disposições do Dec.-Lei n.  
400/84, de 31 de Dezembro hei por  
conveniente passar o presente alvará de  
licença que assino e faço autenticar, a  
José Beloado, residente na [REDACTED]  
el. [REDACTED] 13 - 30º Lisboa - Portugal  
Santos, residente na [REDACTED], n.  
n.º 184 - 2º esqº Queluz e Rogério Trindade  
Gonçalo, residente na [REDACTED]  
n.º 13 - 3º Direito à habitação a quem  
foi concedido, em reunião desta Câmara  
Municipal, realizada em 16 de setembro de  
mil novecentos e oitenta e sete, o Licenci-  
amento das operações de boteamento.

urbano dos prédios sitos em Vila Nova de  
Silves, denominado "comenda" da fregue-  
sia de Vila Nova de Silves, teste Uni-  
cípio, que no seu todo confronta pelo Norte  
com António Gonsalvinho, nascente com  
o qual está inscrito no cadastro da  
freguesia de Vila Nova de Silves, sobre  
artigo 171 - secção F e deserto no Conser-  
vatório do Registo Predial de Odemira, sob  
o nº 18.285, l.º 8 - 5º fl. 75;

2. As obras de urbanização a realizar  
foram aprovadas por deliberação da Câma-  
ra Municipal de 16 de Setembro de 1987:  
- Plano de ordenamento de urbanização de Vila  
Nova de Silves;

Juntamente nº 1A3/186 de 14-2-86 e infor-  
mação datada de 19-6-87 ambas prestadas  
pelo Gabinete de Planeamento e Gestão  
Urbanística de Odemira.

3. O licenciamento em causa responde a  
condicionamentos impostos pelos seguintes  
instrumentos urbanísticos em vigor para este  
concelho: - Plano de ordenamento Urbanístico  
de Vila Nova de Silves aprovado por de-  
creto ministerial datado de 15 de Maio de  
1983 nos termos do Decreto-Lei 560/71  
de 17 de Dezembro.

4. Informações N.os 606/186 de 26-11-86  
M3/86 de 3103/86, ámbas prestadas pelo  
Gabinete de Planeamento e Gestão Urbanisti-  
ca de Odemira.

4. A execução do licenciamento fica suje-  
ta às seguintes prescrições:

4.1 - É autorizada a constituição de quatro lotes numerados de um a quatro, identificados respectivamente com as áreas c localização seguintes: Número um - lote 1.096,626 m<sup>2</sup> limitando pelo Norte com a rua projectada e lote nº 2, Sul e Poente com a rua projectada, e pelo Nascente com lote nº 2:

Número dois - com 919,125 m<sup>2</sup>, limitando pelo Norte com aua projectada e lote nº 3, Nascente com lote nº 3 e rua projectada, Sul e Poente com lote nº 1 e rua projectada.

Número três - com 914,375 m<sup>2</sup>, confrontando a leste Norte com aua projectada, lote nº 4 e terreno de Antônio Gonzaline, Nascente com lote nº 4 e rua projectada, Sul e Poente com lote nº 2 e rua projectada.

Número quatro - com 944,875 m<sup>2</sup>, confrontando pelo Norte com terreno de Antônio Gonzaline, Nascente com Antônio Gonzaline, Sul com lote nº 3 e rua projectada e Poente com lote nº 3.

Os ônus impostos nos termos dos nºs 3 e 4 do artº 17º do decreto-lei nº 400/84 são os seguintes: \$23.260 \$00 (quinhetes e vinte e três mil duzentos e sessenta escudos) referente a taxa municipal calculado ao abrigo da Portaria 230/85.

5. Para integrar no domínio privado do Município, sob também cedidas obrigatoriamente as seguintes parcelas de terreno: Pelo fato de os imóveis não terem terreno disponivel a Câmara Municipal acitou o pagamento de 678.500 \$00 (seiscentos e setenta e oito

mil e quinhentos escudos), em troca da área de cessão.

6. O montante da caução a que se refere a alínea c) do nº 1 do artº 41º do mencionado diploma é de 2.751.792 \$00 (dois milhões setecentos e cinquenta e sete mil setecentos e noventa e dois escudos e trinta e quinze centavos) constituído por garantias bancárias respetivamente nº 80.312 sob o Banco Fonsecas & Buckley na importância de 689.448 \$00, nº 0884364 sob o Banco Totta & Ayres E.P. na importância de 689.448 \$00, nº A.C. 59.964 sob o Banco R. Pinto & Sotto Mayor na importância de 689.448 \$00, nº 507.1490273 / 30 / 121680 - AP 1971 15.38.305 o B.R.A. na importância de 689.448 \$00.

7. Não faz parte integrante deste alvará qualquer contrato de urbanização.

8. A localização, identificação e áreas referências a que se referem os nºs 1, 5 e 7 deste alvará, não indicados nas planchas que se anexam, que rubriquei e fiz autenticar com o selo branco desta câmara municipal, e fazem parte integrante deste alvará.

9. Da concessão do presente alvará vai ser dada imediata publicidade nos termos prescritos no nº 3 do artº 47º do Decreto-

-Lei nº 400/84 já mencionado.

10. Dado e passado para que sirva de título ao recorrente, nos termos a para todos os efeitos prescritos no Dec.-Lei nº 400/84 de 31 de Dezembro de 1984.

E eu,

Assessor Autárquico

O subsecretário

O Presidente da Câmara,  
muito?

011121 MUNIC/21 32 00-124

1 Certidão de nascimento	— 100
Fotocópia certidão de nasc.	— 100
Total é 200 tas	— 100
Conselho de loteria	30.000 100
Partida da azeite de	— 100
edulcorante	678.500 100
farinha Ribeirinha	523.260 100
.....	— 100
IVA %	— 100
<b>TOTAL</b>	<b>1.231.760 100</b>

Pago guia molt 3020-R1 nº 05/1244

Odemira / 18/9/89

0 